

Mulheres Munduruku reafirmam protagonismo na luta contra violações dos direitos indígenas

No último final de semana, de 23 a 25, 70 [mulheres Munduruku](#) e de outros povos do baixo Tapajós reuniram-se para partilhar saberes e conhecimentos tradicionais. O segundo encontro trouxe alternativas para a revitalização da cultura, valorização e resgate dos saberes das parteiras e receitas de xaropes, garrafadas e pílulas produzidas com material extraído da floresta.

[\(Instituto Humanitas Unisinos, 29/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

As ameaças ao território [Sawre Muybu](#) pela constante invasão de garimpeiros, madeireiros e palmiteiros foi preocupação compartilhada na atividade. Ainda, debateu-se sobre as constantes investidas do governo na construção de projetos, como ferrovias, hidrovias e hidrelétricas, que desrespeitam os lugares sagrados. A perturbação do mundo espiritual Munduruku causada pelos pariwat (não indígena) obrigou as mulheres Munduruku agiram em duas tentativas de recuperar as urnas sagradas, retiradas durante a construção da [usina hidrelétrica de Teles Pires](#). As ações ocorreram juntamente com os pajés do povo.

Durante o encontro, guerreiros denunciaram o envenenamento do [rio Jamanxim](#), afluente do rio Tapajós. Relatos comentam encontrar peixes de várias espécies boiando no rio. São reflexos da grande quantidade de garimpos ilegais que utilizam mercúrio e cianeto na extração do ouro de forma indiscriminada. “Os garimpos estão nos preocupando, porque nosso rio é nosso mercado, é de onde tiramos nosso alimento. Então estão destruindo nosso rio e a nossa vida”, pontuou Alessandra Korap, presidenta da associação Pariri.

As mulheres são protagonistas da luta contra [violações dos direitos indígenas](#), acentuados nos últimos anos. Em setembro, um grupo de guerreiras Munduruku ocupou a Fundação nacional do Índio ([Funai](#))

de Itaituba (PA) contra indicações políticas para cargos da Funai.

Participaram do encontro mulheres Borari, Arapium, Juruna, Tupaiú e Maytapu do baixo Tapajós, além das Munduruku.

Leia a carta do encontro:

“Que a audácia esteja na vida de vocês para perder o medo de aprender as coisas!”

Nosso segundo encontro de Mulheres indígenas aconteceu na aldeia Sawre Muybu, no médio Tapajós, nos dias 23 a 25 de novembro. Com a participação das mulheres Munduruku do médio e alto Tapajós e das mulheres Borari, Arapium, Juruna, Tupaiú e Maytapu do baixo Tapajós, o encontro proporcionou intercâmbio de saberes e conhecimentos tradicionais sobre plantas, raízes e óleos para a produção de xaropes, pílulas e garrafadas, além de discussões importantes sobre fortalecimento e revitalização da cultura Munduruku, ameaças ao território, saúde da mulher indígena e educação.

Não estamos aqui por acaso, estamos aqui para trocar ideias, para levar novas ideias para nossas aldeias. Nós sabíamos das nossas raízes, mas não sabíamos das pílulas que a parente Borari da [Terra Indígena Maró](#) nos ensinou. Nós não temos os mesmos conhecimentos, mas temos outros e podemos compartilhar. Vamos levar esses conhecimentos para nossas aldeias e não deixar morrer por aqui.

O encontro de mulheres é importante por abrir várias portas para nossos conhecimentos tradicionais, sobre educação, saúde e direitos do território. Nós não vamos deixar nossa cultura de lado, e não é porque vamos embora daqui que não vamos colocar mais em prática esses conhecimentos, nós temos que fazer também para passar para os nossos filhos, passar de geração em geração. Descobrimos no encontro que existem cinco parteiras no médio Tapajós, elas tinham vergonha de falar e por isso não passavam seus conhecimentos para as jovens que também não perguntavam, mas agora elas começaram a falar sobre o que elas sabem e vão começar a repassar seus

saberes.

Os pariwat estão destruindo nossos rios, nossas florestas, e nós nos preocupamos com nossos filhos, então temos que lutar junto com nossos guerreiros porque também temos nossas guerreiras. O mais importante nesse momento é defender o território, e precisamos ajudar os homens nisso, porque senão os pariwat vão destruir tudo com garimpo, hidrelétrica e ferrovia. No encontro nós recebemos denúncias das nossas mulheres sobre ameaças de garimpeiros indo nas aldeias e intimidando nosso [povo Munduruku](#), mostrando que os peixes estão morrendo no nosso rio Idixidi e no rio Jamanxim. Isso vem acontecendo há muito tempo no nosso rio, que está contaminado pelo [mercúrio](#). Nós fomos lá verificar e percebemos que o rio está sujo com óleo, está branco e não é mais verde. Não é mais seguro para nós bebermos.

Tudo que falaram no encontro em defesa da terra é que a terra dá tudo para nós, ela foi feita pelo criador, porque é dela que a gente traz a semente e foi ela que trouxe as árvores pra gente. Sabemos que a floresta é muito rica e precisam do nosso conhecimento. Os jovens não acreditam mais nos remédios tradicionais. Aprendemos esse saber com nossos pais, eles não tomavam remédio de farmácia, só nossos remédios tradicionais. Nosso remédio se não tomar com fé, não se cura. Foi Karosakaybu que tratou da terra para a gente se tratar dela. Por isso temos que ter fé nos nossos remédios tradicionais e defender nossa terra.

Estamos aqui para aprender, porque não nascemos sabendo, mas com o tempo vamos desenvolvendo a maturidade, aprendendo umas com as outras. Estamos aqui pra ensinar as bibi que estão crescendo pra aprender, porque esse é o conhecimento que vai ser passado pra elas.

Que a audácia esteja na vida de vocês para perder o medo de aprender as coisas!

Sawe!!!

A reportagem é de Bárbara Dias, publicada por CIMI, 27-11-2017.

Empoderamento das mulheres indígenas é debatido na CSW

No ano em que celebramos uma década da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), o evento das Nações Unidas, levanta o tema do empoderamento das mulheres indígenas. Durante o painel “Diálogo interativo sobre o tema emergente: Empoderamento das Mulheres Indígenas”, a secretária de Políticas para as Mulheres (SPM/MDH), Fátima Pelaes, chefe da delegação brasileira, defendeu a importância para o Brasil do empoderamento das mulheres indígenas, em todas as suas etnias e especificidades.

[\(SPM/MDH, 16/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“A promoção dos direitos humanos das mulheres indígenas é fundamental para alcançarmos a plena igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável em suas três vertentes: ambiental, econômica e social. Esse grupo merece também especial atenção por estar sujeito a múltiplas e inter-relacionadas formas de violência e discriminação.”

Fátima Pelaes lembrou que o Brasil possui cerca de 12% do seu território com terras indígenas demarcadas. Isso representa uma área maior do que os territórios somados da França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

Para fortalecer lideranças locais, incluindo as mulheres indígenas, a secretária informou sobre a realização do Encontro Mulheres da Amazônia, que aconteceu em Belém (PA), que teve o objetivo de ampliar o debate e ampliar o conhecimento de políticas públicas e os direitos para as mulheres.

Em seu discurso, também, Fátima Pelaes, destacou a participação na delegação brasileira da Rayanne França, representante da Articulação dos Povos indígenas do Brasil e do Projeto “Vozes das Mulheres Indígenas”. “É

claro que apenas uma mulher não é suficiente para dar voz à diversidade de grupos étnicos existentes no Brasil, mas sinaliza um avanço e serve como exemplo multiplicador para que outras lideranças indígenas se sintam empoderadas a participar desses espaços de discussão”, disse.

A Secretária finalizou seu discurso chamando atenção que não basta apenas implementar o quinto objetivo da Agenda 2030, mas é preciso torná-lo transversal para incluir todas as mulheres.

10 coisas que tornam o Brasil um dos mais violentos do mundo

(Exame, 25/02/2015) O Brasil é um país extremamente violento — que mata mais do que regiões em guerra — e vive um quadro de crise da segurança pública que se agravou nos últimos anos. Essas foram as conclusões da ONG Anistia Internacional sobre a situação dos direitos humanos no país.

Leia mais: [Brasil é um dos países em que mais se mata no mundo, diz Anistia Internacional \(Exame, 25/02/2015\)](#)

A entidade lançou um relatório sobre os direitos humanos em todo o mundo, incluindo o Brasil. Segundo o documento, os casos de violência no país foram marcantes nos últimos dois anos, e já está mais do que na hora de o poder público tomar uma atitude.

Veja, a seguir, dez violações dos direitos humanos que chamaram a atenção da Anistia Internacional:

1 - Número de mortes

Segundo a Anistia Internacional, o Brasil tem cerca de 56 mil vítimas de homicídio por ano. “O Brasil é um dos países onde mais se mata no mundo. Convivemos com números de homicídios que superam situações onde existem

conflitos armados e guerras. Isso é inadmissível”, afirma Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, em material enviado à imprensa.

2 - Repressão a protestos

Um dos destaques do capítulo brasileiro no relatório foram os protestos que tomaram as ruas antes da Copa do Mundo. Segundo a entidade, muitos manifestantes foram detidos de forma arbitrária pela polícia.

Houve ainda casos de agressão a jornalistas que cobriam as manifestações. Para a Anistia Internacional, isso mostra que nossas polícias ainda não estão preparadas para assegurar os direitos à liberdade de expressão e à manifestação pacífica.

3 - Violência policial

Para a ONG, a lógica militarizada das polícias brasileiras contribui para manter os elevados índices de mortes violentas. “‘Bandido bom é bandido morto’ é uma filosofia em que todos saem perdendo. Perde o Estado, que coloca a vida de seus agentes de segurança em risco e abre mão de enfrentar o crime com inteligência; e perde a sociedade, brutalizada e acuada pelo medo da violência”, afirma Roque no documento.

O relatório cita diversos casos de mortes supostamente causadas por policiais. Um deles é o de Claudia Silva Ferreira, baleada por policiais durante uma troca de tiros no Morro da Congonha, no Rio de Janeiro. Quando estava sendo levada ao hospital, na traseira do carro da polícia, Claudia caiu do veículo e foi arrastada por uma distância de 350 metros.

4 - Condições prisionais

Outro destaque do relatório foram as condições dos presídios. “Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência continuaram sendo problemas endêmicos nas prisões brasileiras”, diz o documento.

A Anistia Internacional lembrou o caso do presídio de Pedrinhas, no Maranhão. Em 2013, 60 detentos foram mortos na unidade. No início de 2014, o país ficou chocado com as notícias de presos torturados e

decapitados.

5 - Tortura e maus-tratos

A entidade registrou ainda diversas denúncias de tortura e maus-tratos. O relatório destaca o caso do pedreiro Amarildo de Souza, que foi detido pela polícia no Rio de Janeiro e desapareceu. “Enquanto estava em custódia da Unidade de Polícia Pacificadora local, ele foi torturado até a morte”, diz o documento.

6 - Impunidade dos crimes da ditadura

A entidade destacou a importância do relatório final da Comissão Nacional da Verdade sobre os crimes praticados pelo regime militar. No entanto, a ONG criticou a Lei de Anistia que, na sua visão, garante a impunidade dos crimes cometidos durante o regime de 1964.

“Promotores públicos federais que buscavam levar os perpetradores desses crimes à Justiça condenaram a Lei da Anistia como sendo incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos. Até o momento, os juízes têm rejeitado esses argumentos”, diz o documento.

7 - Direitos dos povos indígenas

O relatório também analisou os conflitos por terra envolvendo povos indígenas e comunidades quilombolas. Segundo o relatório, 34 pessoas foram mortas em conflitos por terra em 2013. O texto cita o caso dos índios guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul, que aguardam demarcação de terras desde 2007. Também fala sobre a PEC 215, que pretende transferir para o Legislativo a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas.

8 - Direitos LGBT

Segundo o relatório, apesar de o Poder Judiciário ter autorizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os homossexuais ainda são vítimas de preconceito e crimes de ódio no Brasil.

“Lideranças políticas e religiosas continuaram a fazer frequentes declarações homofóbicas”, diz o texto. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, 312 pessoas

foram mortas em crimes de homofóbicos em 2013.

9 - Criminalização do aborto

A ONG internacional destaca também a questão da criminalização do aborto. “O direito brasileiro permite o aborto em casos de estupro, ameaça à vida da mulher e fetos anencéfalos. Esse conjunto limitado de possibilidades fez com que muitas mulheres recorressem a abortos clandestinos e inseguros”, diz o texto.

10 - Comércio de armas

Outro ponto destacado é a falta de transparência nas informações sobre exportação de armas brasileiras. Não se sabe, por exemplo, “se armas são exportadas para países onde estão ocorrendo violações de direitos humanos em grande escala”. O texto ressalta que o Brasil assinou, em 2013, o Tratado sobre o Comércio de Armas. No entanto, até o final de 2014 o documento não havia sido ratificado.

Mariana Desidério

Acesse no site de origem: [10 coisas que tornam o Brasil um dos mais violentos do mundo \(Exame, 25/02/2015\)](#)